



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Projeto prevê desconto no IPTU para quem adotar animais abandonados no DF

O vice-presidente da Câmara Legislativa, Ricardo Vale (PT), apresentou projeto de lei que cria o programa "Adotar Vale Mais". A proposta do deputado distrital prevê a concessão de desconto no IPTU para moradores do Distrito Federal que adotarem cães ou gatos resgatados por entidades de proteção animal. O projeto prevê desconto de 10% no valor do IPTU por animal adotado, limitado a 30% por imóvel e será concedido uma única vez, a partir do exercício fiscal seguinte ao da adoção. Segundo estimativas da Confederação Brasileira de Proteção Animal, divulgadas em abril deste ano, entre 1,5 milhão e 1,7 milhão de cães e gatos vivem atualmente nas ruas do DF.

Arquivo pessoal



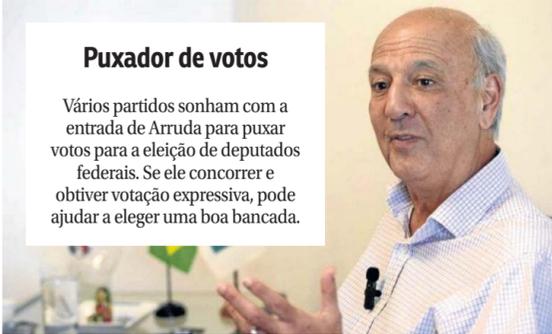
Controle e fiscalização

"Nosso objetivo é apoiar quem adota, fortalecer o trabalho das entidades de proteção animal e, ao mesmo tempo, reduzir os custos do Estado com abrigos, castrações e controle de zoonoses. Ao tirar esses animais das ruas, estamos protegendo a saúde pública e, acima de tudo, salvando vidas", explica o deputado Ricardo Vale. O desconto no IPTU será concedido apenas para adoções realizadas por meio de entidades sem fins lucrativos, cadastradas na Secretaria Extraordinária de Proteção Animal (SEPAN). A proposta também estabelece mecanismos de controle e fiscalização, para garantir o bem-estar dos animais ao longo de suas vidas e evitar fraudes. Entre as regras previstas no projeto está a retirada definitiva de pessoas condenadas por maus-tratos, que ficarão impedidas de participar do programa.

Puxador de votos

Vários partidos sonham com a entrada de Arruda para puxar votos para a eleição de deputados federais. Se ele concorrer e obtiver votação expressiva, pode ajudar a eleger uma boa bancada.

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Divulgação/Agencia Brasilia



Pavimentando o DF

No primeiro semestre deste ano, a Novacap executou 90 mil m² de serviços de pavimentação e recuperação asfáltica em diversas regiões do Distrito Federal. O volume de obras corresponde a mais de 12 campos de futebol, quase o dobro dos 58 mil m² de serviços realizados no mesmo período de 2024.

Brasília sediará congresso nacional de inovação, tecnologia e direito

O ExpoJud, maior congresso de inovação, tecnologia e Direito do Brasil, chega à sua 9ª edição em 14, 15 e 16 de outubro, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília. Está confirmada a participação de mais de 200 palestrantes e a instalação de 130 estandes de instituições de Justiça e empresas de tecnologia. Com palestras distribuídas em cinco palcos, a programação inclui debates sobre inteligência artificial, cibersegurança, transformação digital, judicialização da saúde e modernização do Judiciário.

Divulgação/PV



PV reforça atuação contra termoeletrônica no DF

Em seminário realizado em Brasília, o Partido Verde reafirmou o compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável e sua atuação contra retrocessos ambientais. O evento reuniu lideranças políticas, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir caminhos energéticos mais limpos e responsáveis. O deputado federal Reginaldo Veras (PV-DF) alertou para os impactos da política energética atual e reforçou o posicionamento da legenda contra a instalação de usinas termelétricas movidas a gás natural em regiões sem infraestrutura. A medida foi incluída no projeto de lei da privatização da Eletrobras e vem sendo alvo de críticas por prever a contratação obrigatória de UTEs em locais sem rede de distribuição ou gasodutos, além de subsídios ocultos e repasses à conta de luz dos consumidores. O presidente regional do partido, Eduardo Brandão, participou do evento e destacou a importância da mobilização local e nacional contra medidas que comprometem o futuro energético do país.

Divulgação/Sejus



Mais acolhimento para bebês na Rodoviária do Plano Piloto

Pensando no acolhimento de mães e bebês que passam diariamente pela Rodoviária do Plano Piloto, a secretária de Justiça e Cidadania, Marcela Passamani, entregou ao diretor do Consórcio Catedral, Enrico Capecci — responsável pela administração do espaço — um pedido de criação de uma sala de amamentação e cuidados especiais. A proposta busca garantir que, em meio à correria do terminal, famílias encontrem um ambiente seguro, confortável e digno para atender às necessidades dos pequenos.

Divulgação



Relançamento e debate com Ives Gandra

A obra *Razões das Virtudes e Vícios da Constituição de 1988*, do jurista Ney Prado, será relançada em evento, que contará com a participação do advogado e professor Ives Gandra da Silva Martins. A nova edição do livro, publicado originalmente em 1994, será lançada na próxima segunda-feira (6/10), das 10h às 12h, na sede do Instituto Ives Gandra, em São Paulo. Ney Prado, que morreu em 2019, promoveu o diálogo entre o direito e a economia. O professor Ives Gandra será um dos debatedores, ao lado do economista Luiz Alberto Machado e do advogado Leonardo Corrêa. A mediação do encontro ficará a cargo de Alex Catharino, historiador e professor de filosofia política. O evento é gratuito e aberto ao público, com vagas limitadas. As inscrições devem ser realizadas pela plataforma Sympla.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | JORGE VIANNA | DEPUTADO DISTRITAL (PSD)

Ao *CB.Poder*, o parlamentar afirmou que o setor está focado nos hospitais, mas que o sistema é mais amplo e interligado. Também falou sobre a possibilidade de os enfermeiros prescreverem alguns medicamentos para determinadas doenças

“Saúde precisa de mais investimento”

» LUIZ FELLIPE ALVES

O deputado distrital Jorge Vianna (PSD) afirmou que a Saúde do Distrito Federal necessita de mais recursos, uma vez que é o setor com mais gastos. Durante o programa *CB.Poder* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília* —, de ontem, ele disse que os problemas na rede pública não se restringem à falta de profissionais e de medicamentos. As jornalistas Carmen Souza e Sibebe Negromonte, o parlamentar abordou o projeto de sua autoria que habilita enfermeiros a prescrever medicamentos.

Como está o cenário atual de verbas e de investimentos na área de Saúde?

O tema é muito complexo. Quando falamos em Saúde, sempre focamos no hospital, quando não, no máximo, nos centros de saúde. Entretanto, a saúde engloba tudo, da vigilância sanitária até a parte epidemiológica. É um sistema que interliga tudo. Não adianta ter um hospital cheio de profissionais e medicamentos, se eu não cuido do lixo que pode ter alguma arbovirose. Falar de saúde é muito amplo, por isso não podemos minimizar o debate à falta de um profissional da área médica ou na falta de remédios. O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma enorme máquina e os custos não podem ser comparados. A Saúde, de forma disparada, é o setor que mais gasta

aqui no DF. Estamos falando de cirurgias e medicamentos muito caros, que podem custar milhões. Isso vem de uma fonte que é dividida com a Educação, a Mobilidade e a Segurança.

Para o senhor, a gestão deveria investir mais na área da saúde do que em outras áreas?

Eu acho que a gestão precisa focar mais nos recursos para a Saúde, os atuais recursos não são suficientes. Se fizer um cálculo, temos cerca de R\$ 14 bilhões de orçamento. R\$ 9 bilhões são destinados para a folha salarial, aí tem um recurso que vai para o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IgesDF) e o que sobra é destinado para investimentos. A nossa folha salarial pode parecer muito cara, mas,

Ed Alves CB/DA Press



Aponte a câmera do celular e assista à entrevista completa

em comparação com outros estados, o DF tem uma folha salarial só de contra-cheques estaduais, então, é um valor maior.

Deputado, o que explica a falta de profissionais como anestesistas e pediatras?

O anestesologista é um profissio-

nal que não se atrai pelas condições de trabalho e pelo salário da Secretaria de Saúde. Sabemos que um profissional como esse pode ganhar de três a quatro vezes no serviço particular do que no serviço público. Isso se repete em todo o país, é um problema crônico nacional.

O que pode ser feito para preencher essa lacuna que prejudica os moradores do DF?

Há de se criar uma política nacional para que tenhamos esse profissional, seja como residente, seja

como uma participação que contribua na pós-graduação dele. Passou da hora de termos uma contribuição de profissionais formados no sistema público de saúde. Não é trabalhar de graça, mas que ele trabalhe alguns meses para pagar um “pedágio” para equiparar o que ele usou para fazer faculdade. É um tema um pouco espinhoso, mas não há escola melhor que o SUS. Eu acredito que todos os médicos quando se formam, mesmo que seja em uma faculdade particular, vão aprender a ser bons profissionais no SUS.

Sobre a sua proposta para que os enfermeiros possam prescrever medicamentos. O senhor acredita que é uma medida pensando na fluidez do atendimento?

Isso já tem pelo menos 30 anos que existe. Na lei do exercício profissional, o enfermeiro pode prescrever medicamentos. Quando eu trouxe isso para Brasília, percebi que as farmácias privadas não recebiam essas receitas que o enfermeiro prescrevia na rede pública. Há uma briga muito grande por causa das diferenças das marcas que são prescritas. Sobre os antibióticos, o enfermeiro vai prescrever apenas para doenças que possuem um protocolo estabelecido previamente. O importante é conscientizar a população que os enfermeiros não vão prescrever qualquer medicamento. A classe só vai prescrever medicamentos estabelecidos em protocolo, como a tuberculose. Isso também garante que os pacientes tenham acesso a um medicamento melhor. O SUS garante o acesso ao medicamento, mas não garante o acesso ao melhor remédio. Os enfermeiros vão poder prescrever um remédio melhor que existe na rede particular.